



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Desembargador Ricardo Paes Barreto

200

Embargos de declaração nº 87753-8/01 -- Comarca do Recife

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargado: Total Distribuidora Ltda.

5527

EMENTA: TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO. FALTA DE FISCALIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTUAÇÃO IRREGULAR NESTE PERÍODO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. É cediço que o auto de infração serve para limitar a fiscalização tributária, isso porque, possibilitar à autoridade fazendária fiscalizar períodos diversos daqueles que constam no auto de infração, acarreta séria violação ao devido processo legal, uma vez que se instaura processo administrativo-tributário sem possibilitar a prévia defesa do contribuinte. 2. Nesse sentido, constata-se que houve flagrante inclusão indevida de período fiscal (abril de 1996) no AI nº 005.01771/98-0, lavrado com base em fiscalização de período diverso (01/01/97 a 17/07/97), merecendo ser anulado no citado período, razão que não considero vulnerados os arts. 3º e 142 do CTN e 26 e 29 da Lei nº 10.654/91. 3. Aclaratórios improvidos à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 87753-8/01, acima referenciados, julgados nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, e do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 87753-8/01- Comarca do Recife

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargado: Total Distribuidora Ltda.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração diante de acórdão assim ementado:

TRIBUTÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO. FALTA DE FISCALIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTUAÇÃO IRREGULAR NESTE PERÍODO. 1. O auto de infração serve para limitar a fiscalização tributária, isso porque, possibilitar à autoridade fazendária fiscalizar períodos diversos daqueles que constam no auto de infração, acarreta séria violação ao devido processo legal, uma vez que se instaura processo administrativo-tributário sem possibilitar a prévia defesa do contribuinte. 2. Nesse sentido, constata-se que houve flagrante inclusão indevida de período fiscal (abril de 1996) no AI nº 005.01771/98-0, lavrado com base em fiscalização de período diverso (01/01/97 a 17/07/97), merecendo ser anulado no citado período. 3. Em contrapartida, no que concerne aos períodos investigados dos referidos autos de infração, evidencia-se que inexistem quaisquer vícios, assim, a nulidade suso-referida não tem o condão de contaminar processos administrativos diversos, posto que possuem partes autônomas. 4. Por fim, em atenção ao princípio do devido processo legal, à parte do AI nº 005.01771/98-0 lavrado de ofício (abril de 1996), relativo a período diverso do investigado pela autoridade fiscal (01/01/97 a 17/07/97) merece ser anulado, todavia, o AI nº 005.01770/98-4 deve ser mantido em todo o seu teor, devendo, portanto, ser modificada nesses termos a decisão administrativa do TATE-PE. 5. Remessa oficial improvida, prejudicado o apelo. 6. Decisão uniforme (RNAC 87753-8/01, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 10/12/2009).

Segundo o embargante, a citada decisão teria sido omissa, pois não observou que a atividade dos auditores fiscais ao realizarem o lançamento tributário é plenamente vinculada, assim, embora o período relativo a abril de 1996 não estar inserido naquele investigado pela autoridade fazendária, legítima a lavratura do auto de infração referente ao período referido, sob pena, inclusive, de responsabilidade funcional, prequestionando-se explicitamente os arts. 3º e 142 do CTN e 26 e 29 da Lei nº 10.654/91, ditos violados.

VOITO

A questão devolvida ao conhecimento deste colegiado no caso concreto diz respeito à suposta omissão, pois não observou que a atividade dos auditores fiscais ao realizarem o lançamento tributário é plenamente vinculada, assim, embora o período relativo a abril de 1996 não estar inserido naquele

13
C

investigado pela autoridade fazendária, legítima a lavratura do auto de infração referente ao período referido, sob pena, inclusive, de responsabilidade funcional.

Acontece que a referida pretensão não deve prosperar, isso porque a questão suscitada já foi devidamente observada no momento do julgamento anterior e reapreciada no presente.

202

Impende registrar que, em atenção ao princípio da reserva legal, o auto de infração, presta-se a delimitar a infração a ser investigada pela autoridade fazendária, apontando o período investigado, as possíveis infrações cometidas e os diplomas legais solapados.

Em outras palavras, verifica-se que o auto de infração serve para limitar a fiscalização tributária, ante o fato de possibilitar à autoridade fazendária fiscalizar períodos diversos daqueles que constam no auto de infração, acarreta séria violação ao devido processo legal, uma vez que se instaura processo administrativo-tributário sem possibilitar a prévia defesa do contribuinte.

Nesse sentido, constata-se que houve flagrante inclusão indevida de período fiscal (abril de 1996) no AI nº 005.01771/98-0, lavrado com base em fiscalização de período diverso (01/01/97 a 17/07/97), merecendo ser anulado no citado período, mesmo tratando-se o lançamento de ato administrativo vinculado.

Todavia, no que concerne aos períodos investigados dos referidos autos de infração, evidencia-se que inexistem quaisquer vícios, assim, a nulidade referida não tem o condão de contaminar processos administrativos diversos, posto que possuem partes autônomas.

Diante de todo exposto, nego provimento aos aclaratórios, não considerando vulnerados os dispositivos de lei explicitamente prequestionados.

É como voto.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator